

# REPRODUÇÃO DA HIERARQUIA ENTRE OS GÊNEROS E A PREOCUPAÇÃO COM AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES – A CONDIÇÃO FEMININA NO DISCURSO DO SERVIÇO SOCIAL (1939-1950)

*João Bôsco Hora Góis\**

## Resumo:

Este trabalho examina a construção de um discurso sobre a mulher entre os assistentes sociais no período de 1939 a 1950. discute como esses profissionais ao se posicionarem contra o trabalho feminino o faziam a partir de crenças socialmente consolidadas sobre a fragilidade da mulher e de seu papel como esposa e mãe. Sugere que aquele discurso também continha uma série de preocupações relativas ao bem-estar das mulheres, em especial o desgaste provocado pela dupla jornada de trabalho e as dificuldades de subsistência material, e de seus filhos.

## Abstracts:

This article examines the construction of a discourse about women among the brazilian social workers between 1939 and 1950. It argues that these professionals opposition to the work of women out the house was in accordance with the beliefs of that time. It suggests tha such discourse also emcompassed several concerns regarding the women and their children's well being, especially their workload and unsatisfactory living conditions.

Palavras-chave: mulheres – serviço social – história

Key-words: women – social work - history

## INTRODUÇÃO

Estudos sobre a condição feminina na historiografia crítica do Serviço Social ainda são raros. Um veio explicativo para este estado de coisas pode ser encontrado nas características da orientação teórica marxista que, ao longo dos anos 70, 80 e 90 se consolida, assume hegemonia e função de paradigma nas principais instituições de pesquisa do Serviço Social. Tal orientação, ao se deter no exame das macrodeterminações da institucionalização profissional – as condições econômicas, políticas e sociais que “determinaram” a sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho nos marcos do expansão industrial no Brasil dos anos 30 – tendeu a secundarizar o exame dos impactos da dimensão de gênero sobre o formato do Serviço Social. Em termos mais específicos, tal orientação não indagava que características eram imprimidas à profissão pelo fato dos seus agentes serem em sua quase totalidade mulheres. Deixava de argüir que significados existiam na movimentação de um sem-número de mulheres no

espaço público numa atividade remunerada, em um período histórico em que a Igreja, segmentos da burocracia estatal e outros importantes segmentos sociais eram contrários ao trabalho feminino. Durante muito tempo, só topicamente a questão foi abordada, via de regra concluindo que o ingresso das mulheres na profissão de assistente social se dava como uma extensão das práticas caritativas, uma vez posta como “irrefutável” a sua vinculação com a doutrina social da Igreja e com os interesses das classes dominantes. Em face desta percepção, os críticos do passado profissional imputavam aos pioneiros da profissão uma ação de caráter antipopular e controladora das classes subalternas; a inobservância das questões materiais na gênese da pobreza e, por conseguinte, uma atividade profissional fundada apenas no julgamento moral e religioso; além de uma total subordinação aos ditames das classes dominantes e do Estado e de uma prática com famílias dirigida unicamente à reprodução da força de trabalho e inculcação dos valores dominantes. Ao mesmo tempo, por razões assemelhadas, muito pouco, quase nada, discutiu-se das imagens de mulher construída no interior da profissão no período em causa. Nos anos 90, seja pela eleição dos temas de estudo seja pela incorporação de novas referências teóricas – a história cultural – e aparatos metodológicos – a história oral, por exemplo – inúmeros avanços podem ser visto na historiografia profissional. É no bojo dessa revisão – vale dizer, uma revisão que busca situar os pioneiros dessa profissão nos limites e possibilidades do seu tempo e meio – que surgem as primeiras preocupações sistemáticas sobre a questão do feminino no Serviço Social, assim como a reavaliação de algumas conclusões consolidadas sobre ela. Este artigo pretende-se uma contribuição a essa revisão.<sup>1</sup> Ao fazê-lo, intende contribuir para a história da profissionalização das mulheres no Brasil.

## ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A ANTINOMIA DA CONDIÇÃO PROFSSIONAL

---

\* - Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da UFF. Doutor em Serviço Social.

<sup>1</sup> O *corpus* documental que permite o encaminhamento desta discussão é constituído por livros, artigos da Revista “*Serviço Social*” publicados entre 1939 e 1949, Trabalhos de Conclusão de Curso apresentados à antiga Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, nos anos de 1948, 1949 e 1950 e a documentação existente no centro de Referência Documental da ESS/UFF (documentos oficiais, correspondências da Instituição, documentos de seleção de alunos, atas de reuniões de professores e de defesa de tese, do diário pessoal da professora Arlete Braga, pioneira daquela unidade de ensino e dos dossiês dos alunos que passaram pela Escola entre 1945 e 1949).

A explicação mais usual sobre a busca do Serviço Social nos seus anos iniciais por um grande número de mulheres ainda prende-se à clássica justificativa de tratar-se de uma “profissão especial” – uma atividade laborativa sem pretensões de remuneração capaz de assegurar a manutenção dos seus agentes e que daria seguimento de forma tecnicada às suas ações religiosas, assim reproduzindo os tradicionais papéis destinados à mulher. O pressuposto desta hipótese é o de que, durante as duas primeiras décadas do Serviço Social no Brasil, os seus quadros seriam oriundos das camadas mais abastadas da sociedade. Contudo, aprofundando-se os estudos sobre a institucionalização da profissão em nosso país, é possível visualizar nas suas primeiras turmas um quadro de extração social diversificado. O depoimento da pioneira Helena Iraci Junqueira indica, para o caso da antiga Escola Paulista de Serviço Social, a existência de diversas alunas que precisavam trabalhar para estudar. É certo que muitas delas vinham de setores da burguesia agrária, convivendo, entretanto, com outras de extração social diametralmente oposta (LIMA, 1991). Também no caso da antiga ESSERJ – Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro – atual Escola de Serviço Social da UFF, estavam presentes nas suas primeiras turmas, a partir de 1945, alunas vindas do interior do Estado do Rio de Janeiro que não dispunham de condições financeiras para a realização do curso sem a obtenção de bolsa de estudo. É importante assinalar neste quadro que os candidatos ao ingresso na Escola nos seus primeiros anos são, em quase sua totalidade, professores primários cujos vencimentos auxiliavam na manutenção das suas famílias<sup>2</sup>. Desta forma, qualquer avaliação do estatuto profissional do Serviço Social à época não pode deixar de considerar sua inserção como espaço não somente de profissionalização de mulheres como também de custeio de sobrevivência pessoal e familiar.<sup>3</sup>

De forma complementar a esta percepção sobre a origem de classe dos pioneiros, no discurso corrente, às vezes de forma irônica, vincula-se a dedicação deles ao Serviço Social à condição de celibato sem que se observe

---

<sup>2</sup> - Cf. as fichas de identificação contidas nos dossiês dos alunos. Observe-se também o conjunto dos candidatos eliminados na seleção para ingresso na ESSERJ em 1945 1946. Embora não possa afirmar categoricamente, parece que o processo de exclusão estava relacionado fortemente com a incapacidade da instituição em fornecer bolsas de estudos para todos os alunos, condição *sine qua non* para a realização do curso posta pela maioria dos candidatos. Cf. Acervo UFF-NDC-AG/ESSERJ. Pastas (03[03]) e (03[04])

<sup>3</sup> - Diversas alunas que ingressam na ESSERJ em 1946, solteiras e casadas, já situadas no mercado de trabalho, declaram que colaboram com o orçamento doméstico. Cf. Acervo UFF-NDC-AG/ESSERJ. Pasta (03[03]). Fichas de Inscrição no Curso de Assistente Social - 1946.

nem a extensão real desta condição nem tampouco os diversos significados que tal condição pode conter: a dedicação integral ao trabalho profissional, muitas vezes associado à ausência de matrimônio, não significa somente a sublimação dos anseios pessoais ou a repressão dos desejos sexuais em favor da atividade profissional. Algumas fontes sugerem que, se o trabalho dominava o cotidiano de muitas dessas mulheres, nem por isso elas deixaram de buscar, com maior ou menor grau de “sucesso”, a realização no campo afetivo<sup>4</sup>. Além do que várias outras conseguiram associar uma intensa atividade social com o casamento. Ao mesmo tempo, é de se destacar que, ao assumir uma atividade profissional que em grande medida confrontava-se com a possibilidade de plena dedicação ao trabalho doméstico, muitas das pioneiras encontraram nisso uma alternativa de vida, uma redefinição do “destino social” de esposa e mãe. Há testemunhos claros de pioneiros neste sentido.

O estudo capturou o modo como os assistentes sociais estudados justificavam sua intervenção profissional: pela via da tradição judaico-cristã associando a seu trabalho um caráter missionário e também vinculando-o ao patriotismo. Se do ponto de vista geral são estas as justificações presentes na documentação pesquisada, especificamente, há outras que dizem respeito à realização pessoal que também podem ser encontradas. A declaração dos motivos que levaram as primeiras alunas da ESSERJ a buscarem o curso são representativas: “Poder fazer algo pelos meus semelhantes, particularmente pela criança pobre”; “Adquirir conhecimentos que me permitam trabalhar neste meio”; “O meu maior interesse é de servir o meu país, conjugando isso naturalmente aos meus interesses pessoais”; “Adquirir conhecimentos úteis à coletividade e a mim própria”; “Conhecer a sociedade – curiosidade”.<sup>5</sup> Diversas eram as motivações que compareciam no imaginário dos pioneiros e os estimulavam a empreender sua tarefa. Combinam-se – e não se excluem ou assumem caráter determinante – a vocação, o ideal de servir ao próximo, o compromisso com o progresso da nação, a necessidade de elevação dos rendimentos domésticos, a busca da profissionalização e da realização pessoal, assim como o desejo de homens e mulheres de serem úteis aos movimentos que ocorriam na sociedade em que viviam.

---

<sup>4</sup> - Cf. Diário da Professora Arlette Braga. Coleção Arlette Braga. Arcevo UFF-NDC-AG/ UFF.

<sup>5</sup> - Cf. a série de dossiês das alunas do Acervo UFF-NDC-AG/ESSERJ.

Há ainda outras dimensões importantes no significado do trabalho profissional dessas mulheres como assistentes sociais. Uma delas é a da penetração no espaço público. Recuperando-se histórias de vida de alguns pioneiros verifica-se que elas trazem a marca indelével de inserção neste espaço. A trajetória de vida da assistente social Nadir Kfourri, por exemplo, mostra bastante isso, seja pelo seu envolvimento na criação e consolidação da LBA em São Paulo, seja como docente, com sua ampla atividade no Brasil e no exterior, seja como reitora da PUC/SP (NEVES, 1990). Já a vida de Helena Iraci Junqueira também mostra muito da participação dos assistentes sociais pioneiros na vida política: de sua candidatura sem sucesso a deputada estadual em 1950 à vereança entre 1956 e 1959 na cidade de São Paulo, muitas foram as ações neste campo (MARQUES, 1994). Na antiga ESSERJ, como demonstrou Sueli Costa, a penetração no mundo público das figuras femininas vinculadas à fundação daquela unidade de ensino não se deu em menor escala. Aparecerão com freqüência na imprensa, sozinhas ou acompanhando figuras da alta administração estadual governamental, contribuindo para a construção de “novos signos da “mulher do espaço público”” (COSTA, 1995).

Mas não se trata aqui de afirmar o caráter e a inserção pública das mulheres assistentes sociais pensando apenas nas suas personagens mais representativas. O caráter público da ação do Serviço Social reside no próprio conteúdo das suas práticas. Desta forma, são vários os pioneiros, menos ilustres, que nas suas “ações comunitárias”, bastante localizadas, cotidianas, deixaram registros significativos da sua penetração através da sua ação profissional em um mundo que se reclamava eminentemente masculino. O esforço em torno da ampliação de recursos para obras sociais é ilustrativo:

“Em nosso entendimento pessoal com o senhor Secretário de Agricultura, pedi-nos este que nos dirigíssemos a ele por meio de memorial, expondo a situação da Classe e mostrando as precárias condições de alimentação dos alunos [...]. Como não obtivéssemos uma solução de nosso memorial ao Snr. Secretário de Agricultura, apelamos para a Excma. senhora do Governador, que no momento dirige a Campanha Nacional da Criança”<sup>6</sup>.

Essa visibilidade, o trânsito no mundo público, implicava a tomada de

---

<sup>6</sup> - Maria de Lourdes Lamy de Souza. Serviço Social Junto ao Pré-Escolar. Trabalho de Conclusão de Curso. ESSERJ. Niterói, 1948. pg. 112-113. Narrativas outras sobre o cotidiano dos profissionais à época falam de uma jornada de trabalho bastante prolongada, às vezes estendendo-se pela noite, demandando deslocamentos constantes em larga distância, sob condições ambientais às vezes bastantes desfavoráveis.

posicionamentos, o manejo de estratégias para a obtenção dos seus reclamos e o uso de uma linguagem que elas mesmas, nos marcos das suas ambigüidades, supunham impróprias para as mulheres. Em outras palavras, os desejos que as conduziram à profissionalização e que matizaram suas atividades como assistentes sociais se dão em um marco de ambigüidades entre a vontade de emancipação contida na profissionalização que iniciavam e aquilo que supunham como mais correto para o “destino de mulher” daquelas a quem deveriam atender. Neste destino, ao contrário do das suas vidas, não estava incluído o trabalho fora de casa. A seção seguinte aborda esta questão.

#### A “MULHER” NA FALA DOS ASSISTENTES SOCIAIS

O exame da condição feminina no discurso do Serviço Social estava diretamente relacionado a outras questões mais amplas: às imagens de mulher que eram veiculadas no meio profissional e à avaliação que era feita da situação e do papel da família nos marcos do debate estabelecido no contexto dos anos 30 e 40 sobre a construção de um projeto de nação e da posição que nele deveria ocupar o “trabalhador-nacional”.

Na década de 1930, o próprio Estado chama para si o cuidado da instituição familiar ao mesmo tempo em que realça a sua função como instância cardeal para o bem-estar individual e da coletividade. Neste contexto, o processo de defesa e qualificação da família se dá no bojo da formulação de políticas sociais – destacadamente a produção e implementação da legislação trabalhista e previdenciária. Ao lado disso, dentre outras medidas, tem-se o controle das migrações internas e da imigração, resguardando o mercado de trabalho para o homem urbano; a incorporação dos sindicatos – ainda que de modo conflituoso – na estratégia de formação do Estado Nacional; e a difusão dos valores do líder máximo da nação e da ideologia da outorga que, no plano social, respondia pela busca de adesão dos trabalhadores aos ditames do governo. A complexidade desses arranjos político-institucionais não eram suficientes, entretanto, para dar conseqüência aos intentos de homogeneização da sociedade. Havia outras questões a serem enfrentadas. Permanecia a preocupação com o tempo livre dos trabalhadores, com sua vida cotidiana fora da esfera da fábrica, com sua “higiene moral”. Uma das palavras de ordem, então, era propiciar os elementos lúdicos que tirassem o trabalhador da vagabundagem e do meio das más influências presentes nos botequins: que se selecionem filmes, apresentações

de bandas de música e exposições; que se realizem concursos e campeonatos; que se faça com que o trabalhador empregue de modo útil e higiênico suas horas fora da fábrica. Englobada neste contexto estava a questão da vida em família. Supunha-se imprescindível acionar o sentimento de interioridade familiar, gerando condições de habitação onde o sossego doméstico fosse possível em contraposição às rotinas tumultuadas das casas de cômodos tão utilizadas pelas camadas populares. Garantindo condições habitacionais satisfatórias, buscava-se matar dois coelhos com uma só cajada. Lembra Angela de Castro Gomes que,

Promover o acesso à casa era uma questão relevante para o Estado porque implicava a promoção da tranqüilidade coletiva e o amparo à família. Esta era a base econômica e moral do homem, seu meio específico de vida. Se o Estado se voltava para o homem, era pela família que ele o atingia, mais profunda e rapidamente. Ela era a “célula política primária”, leitmotiv do esforço produtivo dos indivíduos (GOMES, 1988, p. 264).

Considerada o elemento central da sociedade – “célula produtora, distribuidora de valores humanos” – a família precisava ser apoiada material e moralmente para o equilíbrio da sociedade frente às crises que se desenvolviam. O Serviço Social buscará mover-se dentro destas referências. A tarefa, no pensamento dos Assistentes Sociais, seria achar “dentro das novas condições de vida, as espontâneas obrigações do lar nos diferentes quadros sociais” (PINHEIRO, 1939, p. 20). A reflexão sobre esta matéria estava emoldurada ainda pelo diagnóstico que faziam sobre as condições de vida do homem urbano em face da crescente industrialização e a “decadência dos costumes”.

### 3.1 A pobreza em um mundo em mutação

Nos escritos da época observa-se por parte dos assistentes sociais o esforço em tentar construir um quadro de análise que explicasse os diversos “desajustamentos” que eles identificavam nos indivíduos, nas famílias, na sociedade. Tal quadro deveria orientar suas intervenções junto às famílias e subsidiar a formulação de programas sociais. As formas de desajustamento ventiladas no discurso profissional eram vistas ao mesmo tempo como oriundas dos traços individuais e como decorrência das formas de exploração social presentes na gênese da “desagregação do homem à sociedade”. Se no plano

conceitual a idéia de sociedade era bastante abstrata e apontava para um projeto de cooperação entre as classes, as análises sobre situações específicas enfatizam a concretude das disparidades socioeconômicas que a modelavam. Assim, julgamos inadequadas as explicações presentes em boa parte da literatura que reduzem as análises do Serviço Social nas suas duas primeiras décadas como fundada apenas numa concepção harmônica de sociedade e imputadora de desequilíbrios e desajustamentos apenas aos indivíduos e ancorada em valores morais previamente estabelecidos<sup>7</sup>.

O marco geral de interpretação dos profissionais era o de “um mundo mutante”, a partir do qual se deveria conquistar a estabilidade. A assistente social Maria Esolina Pinheiro, por exemplo, fala de “dias “de uma civilização em mudança”, os quais tornam instável o conceito de moral, o que acarreta dificuldades à compreensão dos elementos humanos em ação. Nas próprias civilizações mestras, os alicerces seculares da moral e dos preceitos sociais sofreram a influência de forças ondulantes que caminham para fins ainda desconhecidos.” E continua: “Boiamos entre dois mundos, um que está morrendo e outro que alvorece, e o nosso destino, na opinião de Will Durand, permanecerá caótico durante toda uma geração” (PINHEIRO, 1939, p. 20).

A caoticidade aludida nos discursos profissionais era relativa aos efeitos e ao temor das guerras, assim como à expansão comunista. Com metáforas, Carmem Kingston refere-se a estes temores:

Creemos que foi Jacques Maritain, o grande pensador católico, quem disse que os dois regimes totalitários – o nazista e o comunista – eram os dois chifres do mesmo demônio. Pois bem, em setembro de 1939 desencadeava aquele sobre a terra a segunda conflagração mundial. Durante seis anos os 4 Cavaleiros do Apocalipse foram os senhores do mundo: os povos se degladiaram na mais destruidora das guerras e hoje, passados três anos da deposição das armas, nem se pode

---

<sup>7</sup> - Não se trata, absolutamente, de negar a existência de um arcabouço moral que acompanha os profissionais nas suas avaliações da questão social. Não se trata também de negar a coincidência em diversos pontos com o pensamento do Estado Novo e da Igreja. Isto, entretanto, não os impedia de relativizar seus valores em face do impacto das condições materiais concretas de vida da população, mormente o valor que atribuíam à empiria na produção dos seus escritos. A circulação de idéias e valores entre os profissionais e a população assistida parece-nos ser uma questão cuja importância conceitual ainda não foi devidamente apreciada pela literatura do Serviço Social.

pensar na Paz, ao temor de uma terceira conflagração. Contra a investida totalitária ergue-se a democracia ocidental, num esforço titânico de manter vivo os seus intelectuais” (KINGSTON, 1948, p. 35).

Se na esfera política o medo do comunismo e da guerra dava o tom dos discursos, no plano econômico as vozes se dirigiam para a crescente desigualdade entre pobres e ricos. Uma crítica mais geral era dirigida à ética capitalista, à segmentação social que produzia, aos intransponíveis abismos na área de bem-estar que criava entre as classes fundamentais. Além disso, eram questões preocupantes para os pioneiros a massificação acarretada pelo crescimento das cidades, as dificuldades de locomoção dos pobres em face da expansão urbana e as disparidades sociais que o desenvolvimento econômico e tecnológico abrigavam:

Olhando para o Rio, [fala uma assistente social], múltiplas e variadas são as impressões que assaltam o observador. A cidade maravilhosa é a primeira a se revelar em toda a sua magnificência, seja pela beleza natural, seja pelo trabalho do homem pondo em valor a obra sem par do Creador. Mas essa é apenas uma das realidades. E se a alma do artista e do poeta se extasiam ante o esplendor da natureza, encontrando nela motivos suficientes para seu completo gozo e satisfação, o mesmo não se dará talvez com espíritos sequiosos de algo mais do que a simples contemplação da beleza das coisas – os espíritos voltados para o lado humano da vida. Então outra realidade bem diversa se apresenta ao olhar atento e observador. À sombra dos arranha-céus, no alto das encostas dos morros, nos bairros aristocráticos como nos subúrbios distantes, esse olhar descobrirá os que sofrem, os que lutam, os que carecem de amparo e de um pouco de amor dos seus semelhantes. É o reverso da medalha que se mostra; é a visão infalível do panorama das grandes cidades” (PEREIRA, 1945, p. 24-25).

Uma outra análise, relativa às condições de vida dos trabalhadores da indústria de pesca do município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, resumiu as dificuldades da vida do operário:

Falta de habitação: os operários são obrigados a viver muito longe do local de trabalho, o que ocasiona grande dispêndio de energia e de dinheiro. Alguns, na falta de condução, precisam levantar-se muitas horas antes do início do serviço, percorrer grandes distâncias a pé. Outros perdem horas em conduções antiquadas, lentas e dispendiosas, pelo mesmo motivo. As casas que visitamos não oferecem o mais elementar conforto: sem esgotos, sem

água, longe de vendas, escolas, hospitais, farmácias e conduções (BRAGA, 1948, p. 54).

É claro que o arsenal teórico-metodológico com o qual operavam impunham limites à radicalidade de uma crítica social ao capitalismo. Contudo, isso não inibe que tenham feito leituras corretas da realidade social, mormente o alto grau de inserção que tinham nas suas áreas de atuação. As análises sobre os problemas individuais – os chamados “desajustamentos” – implicaram uma crítica à sociedade, especificamente ao seu modo de organização. É certo que nas fontes consultadas observam-se avaliações da pobreza como consequência, por exemplo, do uso inadequado dos salários e da má administração do orçamento doméstico. Mas isto, também inúmeras vezes, estava combinado com o reconhecimento do comportamento patronal no que tange à política salarial, tendo como um dos seus resultantes a incapacidade do salário dos trabalhadores em garantir a manutenção do lar. Essa era uma questão central no ideário da época<sup>8</sup>.

A identificação dos problemas sociais, quer fossem tomados em sua endogenia, quer fossem examinados como decorrência das transformações da vida hodierna, não se encerrava em si mesma. A rigor, vinha acompanhada da discussão de como a Sociedade e o Estado deveriam comportar-se ante eles, e, claro, o modo como se propunham os assistentes sociais a colaborarem na sua superação. Uma das ações possíveis seria junto às mulheres pobres. Tais ações, como veremos a seguir, passavam pelas percepções sobre o papel da mulher na reconstrução do mundo em mutação.

### 3.2 Fracas e desprotegidas, protetoras e responsáveis

No período em estudo, consoante os ideais de nação e de sociedade equilibrada difundidos no regime varguista, vigora a percepção social da mulher como rainha do lar e figura subalterna ao homem, além de potencialmente perigosa. À mulher caberia o papel de gestora da vida emocional da casa, educadora dos filhos e companheira-auxiliar do marido trabalhador, pois “é justamente na família que o operário se mantém e perpetua”<sup>9</sup>. Ao lado disso supunha-se como inerente ao

---

<sup>8</sup> - No acervo documental consultado encontra-se todo o tempo trabalhos que, a propósito de uma “discussão social” qualquer fazem alusões à problemática salarial.

<sup>9</sup> - Guiomar Urbina Telles. “O Salário Mínimo é o Salário Familiar”. In Serviço Social, ano XI, n 59, São Paulo, 1951, pg. 101. (o artigo foi escrito em 1939). Desnecessário salientar que o modelo de família que

sexo feminino a capacidade de sublimar os seus desejos de realização pessoal em favor das causas familiares. Segmentos importantes da burocracia estatal no Estado Novo vão defender a idéia da privatização da mulher, buscando criar as condições que em tese a adestrariam para o bom desempenho do seu papel. O campo da educação é exemplar deste intento. Durante os muitos anos em que Gustavo Capanema esteve à frente do MES – Ministério da Educação e Saúde – no primeiro governo de Vargas assiste-se a uma intensa movimentação quanto ao reforço de esquemas educativos diferenciados para homens e mulheres, o que informa muito sobre o padrão de vida familiar que se desejava. Ali foram desenvolvidas projetos que visavam diferenciar os conteúdos educacionais destinados a homens e mulheres e, por conseguinte, criar e montar habilidades técnico-culturais distintas para um e outro sexo. Os métodos de ensino e os recursos e técnicas didáticas deveriam corresponder às especificidades de gênero, estabelecendo-se medidas pedagógicas que reforçassem, no dizer de um técnico da época,

“as virtudes próprias da mulher, a sua missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, o cultivo daquelas qualidades com que ela deve cooperar com o outro sexo na construção da pátria e na ligação harmônica do sentimento da pátria com o sentimento da fraternidade universal. Os excertos que visarem à educação das crianças do sexo masculino procurarão enaltecer aquela têmpera de caráter, a força de vontade, a coragem, a compreensão do dever, que fazem os grandes homens de ação, os heróis da vida civil e militar, e esses outros elementos, mais obscuros, porém não menos úteis a sociedade e à nação, que são os bons chefes de família e os homens de trabalho, justos e de bem” (apud SCHWARTZMANN, s. d., p. 109).

Esse conjunto de percepções contribuiu para que algumas ações do MES se voltassem para a busca da criação de mecanismos legais de interdição ao trabalho feminino. A sua proposta de um “Estatuto da Família”, por exemplo, previa que o “Estado adotará medidas que possibilitem a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Não poderão as

---

aparece nas fontes é bastante idealizado, similar à idéia de família patriarcal burguesa. Tiago M. Wurth em “A Salvaguarda da Juventude em Face da Crise Universal”. In Serviço Social n. 57, ano X, São Paulo, 1950, da indicações disso: “Era tradicional, outrora, a hospitalidade brasileira. O maior prazer de uma dona de casa era mostrar a sua casa, o seu enxoval, os seus crochês, costuras e bordados, as suas rendas e cortinados, o assoalho encerado, os móveis lustrados, a baixela e a arte de cozinhar, as suas receitas, os seus doces, as suas conservas” pg. 9-10.

mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina, e dentro dos estritos limites da convivência familiar” (SCHWARTZMANN, s. d., p. 112).

Os assistentes sociais incorporaram muito do ideário exposto sobre o papel e local da mulher. Entretanto, diferentemente, ficarão longe de defender mecanismos legais de interdição à saída da mulher do lar. O tom, como tentaremos mostrar, será de pesar e de uma certa condescendência com a inserção da mulher em atividades laborativas remuneradas. Isso se deve provavelmente ao impacto da visualização no cotidiano da prática profissional das dificuldades de sobrevivência dos grupos urbanos mais pobres e do registro de que em muitos deles a figura do “chefe de família” já não mais existia, sendo, portanto, impossível prescindir do trabalho feminino. A assistente social Maria Moniz Aragão, no final da década de 1940, ao anunciar o programa de ação da Fundação Leão XIII nas favelas cariocas, lamenta que

“[...] A par de algumas dezenas de malandros e de alguns espertalhões já identificados, existem famílias e famílias em completa miséria, já por ser insuficiente o salário do pai, já por não ter a mesma um chefe responsável. A grande maioria das famílias vive sob a dependência da mãe de família, que muito pouco, ou nada, pode fazer em defesa dos seus. Analfabeta, atada nos pensamentos e nas ações, essas infelizes mulheres nenhum recurso intelectual ou profissional têm, que lhes possa valer e às suas famílias. Assim, entregam-se à miséria, vivendo de expedientes e recorrendo, aqui e ali, a quem lhes possa socorrer” [...]

São famílias geralmente abandonadas pelo pai que, sem noção de responsabilidade, deixa o lar primitivo e vai mais adiante fundar outro para deixá-lo, em pouco tempo, na mesma situação. Essa situação calamitosa da falta de responsabilidade masculina só encontra similar na simplicidade ingênua da mulher que recebe esse cidadão e acredita que com ela, êle vai proceder melhor do que fez com a sua antecessora” (ARAGÃO, 1949).

Como se nota no último parágrafo da citação acima, a suposta ingenuidade feminina era vista como um dos elementos determinantes dos acontecimentos da vida das mulheres. Se no plano das relações amorosas estas apresentavam um comportamento simplório, no “sombrio mundo das fábricas e dos escritórios”, no mundo público, a tendência seria que viessem a sucumbir. Essas imagens – a da simplicidade e da ingenuidade – constituem um dado central no balizamento do debate sobre a mulher no meio profissional à época. A pedra de toque e fio

condutor para tanto era o do trabalho extra-lar. No interior deste debate de raciocínios estava fixada a certeza quanto à existência de diferenças entre elas e os homens no que toca às suas características físicas e intelectuais e funções socio-familiares. É o que veremos a seguir

A mulher era vista como mais fraca na sua compleição orgânica. Uma quartanista da ESSERJ, por exemplo, afirma que “A mulher fisicamente representa 4/5 do homem daí o homem estar mais apto ao esforço, isto é ao trabalho pesado do que a mulher.”<sup>10</sup> A partir das diferenças físicas existentes entre os sexos na constituição do binômio trabalho/saúde, são estabelecidas vinculações entre o surgimento de certas doenças e os processos de trabalho, em especial os industriais.

Além de sua fragilidade física, muitas vezes as mulheres eram infantilizadas, nelas não sendo identificadas as habilidades para enfrentar as agruras da pobreza do mundo urbano em franca expansão. Maria Esolina Pinheiro refere-se a uma mulher “ainda desprotegida no torvelinho das transições. Desprotegida principalmente de elementos de defesa pessoal”.<sup>11</sup> Na vaga comparativa em que movimentavam suas reflexões apreciam, por fim, o desempenho intelectual das mulheres. Vários documentos destacavam a disparidade intelectual entre homens e mulheres, caracterizando estas últimas como portadoras de uma inteligência de “natureza” diferente, mostrando-se, portanto, segundo as fontes, pouco aptas às tarefas de mando e direção, além de serem menos produtivas. A partir de um inquérito junto a comerciárias de São Paulo, em 1945, elaborado pelos assistentes sociais Hautil Prado, Iolanda Maciel e Luís Carlos Mancini, esses elementos são destacados. É Mancini quem assina o artigo: “Por si mesmo, dizem os números da desigualdade no considerar e retribuir o trabalho feminino entre nós. Aliás, também os estabelecimentos onde se adotam os processos da porcentagem sobre a venda, encontram-se a mesma disparidade de vencimentos confirmadora de que as mulheres produzem menos em regra. Curioso testemunho unânime de gerentes, subgerentes e empregados – estes notadamente de sexo feminino – a propósito da falta de qualidades sentida nas

---

<sup>10</sup> - Acervo UFF-NDC-AG/ESSERJ. Dossiê (07[04])

<sup>11</sup> - Maria Esolina Pinheiro. Op. Cit. pg. 20. Como tem demonstrado ampla literatura na história social, trata-se de uma mistificação essa percepção. Ao contrário, as mulheres pobres no adensamento dos núcleos urbanos na passagem do século XIX para o século XX não só protagonizaram episódios de rebeldia e insubmissão, como também, ao longo de suas vidas mantiveram uma postura de autonomia em relação aos homens, gerindo seus lares, conduzindo livremente suas vidas.

mulheres para os postos de chefia. Não vai novidade no asserto, nós o sabemos. Mencioná-mo-lo, pelo valor testemunhal, psicológico ou sociológico que possa a ter” (MANCINI, L., 1945, p. 32-35). Tais considerações justificavam a necessidade de manutenção de homens e mulheres nos espaços que se supunham adequados para um e outro, onde exerceriam suas funções também consideradas naturais.<sup>12</sup>

Se o valor principal do homem estava na sua capacidade de trabalhar e de produzir riquezas, o da mulher estava no seu “dom” de dar à luz. A maternidade, além de deter uma função social, em um primeiro plano situava-se como fenômeno transcendental, uma função divina. Daí porque deveria concretizar-se mesmo que significasse a supressão da vida da mãe. Respondendo a uma questão da prova semestral da disciplina “Círculo de Estudos” sobre a gestação de risco, uma concludente da ESSERJ afirma: “[...] No caso em questão, a vida da mãe deve ser sacrificada em benefício da vida do filho, pois esta já viveu e aquele tem o direito a gozar aquela parte que lhe cabe”<sup>13</sup>. Uma outra situação assinalada neste contexto é a das “mães que enjeitam os filhos premidas pelas circunstâncias de precisarem trabalhar”, o que traria prejuízos à prole. Com esse diagnóstico advogava-se a permanência da mulher em casa para a educação e os cuidados necessários ao pleno desenvolvimento infantil, quais sejam, aqueles que “os fizessem comer bem, viver limpos, rir e brincar e que lhes transformasse a vida infantil na mais bela lembrança de tôda a vida” (WURTH, 1950, p. 10).

Luís Carlos Mancini resume as relações entre atributos femininos, o problema da inserção da mulher no mundo do trabalho, a premência do seu retorno ao lar e a necessidade de conservação das “gerações imaturas”:

---

<sup>12</sup> Como em relação a outros temas, a “naturalização” das funções de gênero não aparecia de forma pura. As diferenças entre homens e mulheres pobres eram remetidas também ao processo de socialização por que passam os diferentes sexos. Tal processo tornaria as mulheres mais susceptíveis às influências do meio, podendo, no limite, conduzi-las à criminalidade: “Quanto às moças em especial existe o fator vaidade. Quando pequenas são desenvolvidas pelos pais, que acham graça ou mesmo dão os meios a esse desenvolvimento. Mais tarde essa vaidade aumenta, apresenta-se a vontade para luxar, e como não tem posses, procuram roubar, realizar desfalques, chegando mesmo a se entregarem pelo menor preço. Outras são mandadas pelos seus companheiros que vivem à suas custas se aproveitando da condição em que se acham, com o espírito e o moral tão baixo”. Acervo UFF-NDC-AG/ESSERJ. Dossiê (06[02]).

<sup>13</sup> - Acervo UFF-NDC-AG/ESSERJ. Dossiê (06[03]). Embora não altere a tendência geral de reflexão sobre a questão, vale apresentar um posicionamento dissonante deste: “(...) o direito à vida é igual a ambos. Ninguém tem o direito de tirar a vida de outrem. Nesta coalizão de direitos pode-se recorrer à operação cesariana a única que possui a vantagem de conciliar a doutrina da Igreja e os princípios da lei moral sem prejudicar um ou outro, embora ambos corram perigos. Deve sempre apelar para as medidas que possam salvar as duas vidas preciosas”. Acervo UFF-NDC-AG/ESSERJ. Dossiê (06[02]).

“Não é suficiente também que certa lei regule o trabalho de mulheres e menores, para que estes estejam amparados. É necessário demonstrar que ela não foi feita simplesmente porque as mulheres pertencem ao sexo fraco e os menores não tenham músculos de aço, mas sim porque as mulheres estão destinadas à função sublime da maternidade e não podem estar sujeitas à concepção das fábricas e os menores, porque tem direito ao seu desenvolvimento normal e não podem ser vítimas da brutalidade das oficinas” (MANCINI, L., 1941, p. 7).

Colocar crianças no mundo, posto a sua suprema importância, deveria estar cercado de cuidados que superassem a ação das “curiosas”, das práticas de parto anti-higiênicas que punham em causa a vida tanto da mulher como do nascituro. Movendo-se dentro das preocupações dos higienistas, os assistentes sociais dissertarão contra os riscos da amamentação feita por nutriz desconhecidas. São freqüentes o recurso às teorias daquele momento sobre os efeitos deletérios da separação de mães e filhos, destacando-se os impactos desta situação na inibição do desenvolvimento psicológico dos infantes e “na mortalidade infantil e estado de abandono em que se encontram milhares de crianças, como já foi verificado em outros países” (ALVENAZ, 1947, p. 120). Aliás, as discussões sobre “Fatores Sociais do Desenvolvimento da Personalidade” – uma discussão candente entre os assistentes sociais norte-americanos – são uma constante no Serviço Social da época. Os anos 40, após o término da II Guerra, vão colocar os EUA como principal polo de influência cultural para países como o Brasil. O Serviço Social não ficará imune a essa influência. É certamente daí que vêm as teorias psicológicas que buscam explicar o desenvolvimento da personalidade na sua relação com a dinâmica dos grupos primários de socialização. Muito dessas teorias aparecem nos artigos do período em estudo. Entretanto, o modo como são apropriadas não faz com que se deixe de lado questões de outras naturezas. Especificamente em relação aos impactos do trabalho da mulher fora de casa sobre o desenvolvimento infantil o caminho não é diferente. Francisco de Paula Ferreira, por exemplo, escreve que

“A carência familiar e a crise escolar são realmente responsáveis pelas perturbações da personalidade. Escola e Família, entretanto, é bem de ver, se ressentem de uma organização social deficiente. O baixo nível do salário, o trabalho da mulher fora do lar, a precariedade das habitações são outros

tantos reflexos dessa má organização e concausas daquelas perturbações”  
(FERREIRA, 1950).

O trabalho feminino também é discutido vinculando-o à outra função social que se supõe inerente à mulher: o seu papel de zeladora do lar. O conjunto dos discursos é quase monolítico quando se referem a esta matéria. Uma postura muito freqüente era a de se criticar a saída da mulher de casa, tomando-se como referência uma padronização das obrigações matrimoniais, onde ao homem competiria o sustento material e à mulher as funções ditas de reprodução. É neste tom que se posiciona uma terceiranista da ESSERJ: “A mulher não é mais a companheira dedicada, a guia sorridente a abrir mão na sua resignada generosidade da sua própria independência em benefício do núcleo que formava em seu redor. Nivelando-se muitas vezes ao homem cuja insuficiência econômica completa e corrige em algumas vezes”<sup>14</sup>. Além das diferenças e inferioridade da mulher em relação ao homem no mundo do trabalho, o labor feminino era considerado um problema em si mesmo. Em relação ao trabalho das mulheres ricas, as análises eram remetidas exclusivamente ao campo da moral. O trabalho da mulher de “classe alta” era visto como uma pretensão descabida que deveria ser eliminada antes que passasse a constituir regra geral: “Do problema de ter a mulher freqüentemente de se ausentar do lar para coadjuvar os seus maridos na manutenção comum, derivou-se outro, cujo caráter traduz uma deformação moral: é o da mulher não necessitada, que trabalha, aspirando gozar da decantada independência moderna” (MANCINI, L., 1940). Em relação às atividades laborativas remuneradas das mulheres pobres, se de um lado não faltam justificativas morais para a sua interdição, de outro também são considerados os fatores econômicos que incidem e determinam a sua expressão na sociedade da época e que terminam por fazê-lo necessário. “A fim de auxiliar a manutenção do lar, muitas mulheres, compreendendo perfeitamente as dificuldades pecuniárias de seus companheiros, procuram auxiliá-los, quer lavando roupas para fora, quer trabalhando como operárias, em vários tipos de indústrias, localizadas, tais como: fábrica de tecidos, conserva de peixe, vidro, etc.” (figueiredo, 1947, p. 22). Em termos semelhantes, aponta-se que “o dado reflete, possivelmente, ou o encarecimento atual da vida solicitando a contribuição feminina ou a substituição do homem pela mulher em virtude da

guerra. Certamente as duas hipóteses têm o mesmo quinhão de responsabilidade no fenômeno” (MANCINI, L., 1940, p. 36).

Vista a fragilidade física da mulher e sua menor capacidade de trabalho no mundo público, encaminhava-se todo o tempo o discurso da reprovação do trabalho feminino. Mesmo quando se reconhecia a sua necessidade, afirmava-se que deveria ter um caráter excepcional e, portanto, provisório. Tal posicionamento é regularmente interpretado como decorrente do pensamento conservador que era veiculado no meio do Serviço Social, assim como, no plano da reprodução econômica da sociedade, é visto como a contribuição dos assistentes sociais “para a proletarização “ativa” dos homens adultos”, garantindo “a reprodução de valores de uso e a reprodução ideológica do próprio modo de produção capitalista através da futura socialização do futuro trabalhador.”<sup>15</sup> Embora capture aspectos centrais do ideário do Serviço Social nos anos 30 e 40, afirmações como essa não dão conta de duas outras dimensões. A primeira, como já salientei antes, é o reconhecimento de que as condições de vida das classes trabalhadoras, especificamente o seu baixo nível salarial, não permitiam que os pobres prescindissem dos rendimentos auferidos pelas mulheres. Esta percepção fazia com que não se caracterizasse o trabalho feminino como uma patologia ou um desvio de conduta. Indicaram tratar-se de um problema – cultural e econômico – cuja gênese situava-se nas transformações em curso na sociedade, e que afetava a família no seu interior. A segunda diz respeito ao fato de que a discussão sobre o trabalho feminino englobava também uma preocupação com a dupla jornada de trabalho e o duplo desgaste na vida das mulheres que lhe é conseqüente, ao lado de preocupações com a exploração econômica a que eram submetidas. Escrevendo na Revista “*Serviço Social*” no final dos anos 40, Viveiros de Castro sintetiza parte destas preocupações ao afirmar que

---

<sup>14</sup> - Acervo UFF-NDC-AG/ESSERJ. Dossiê (06[03])

<sup>15</sup> - Sheila Backx. Trabalho, “Família e Sociabilidade dos Trabalhadores Urbanos: reexaminando a história do Serviço Social”. Dissertação de Mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro, 1993. Embora a argumentação desenvolvida pela autora possa ter alguma capacidade explicativa, deve-se levar em conta as dimensões culturais e as representações sobre o lugar da mulher que se gesta desde os anos iniciais da colonização e se reatualizam no Estado Novo: estas representações estavam presentes no arcabouço ideológico dos nossos primeiros assistentes sociais. Assim, com efeito, a intencionalidade da ação neste caso não se ancora necessariamente numa racionalidade econômica. Ao mesmo tempo, é importante considerar que o trabalho da mulher se dá em condições bem mais adversas que o do homem, de forma que mesmo os movimentos operários da primeira República se posicionaram contrariamente a ele.

“Além das cousas que explicitamente figuram no que dissemos no capítulo anterior, não resta dúvida que a sobreposição dos afazeres do trabalho com os encargos domésticos contribue de forma ponderável para essa diminuição da eficiência de parte das mulheres. E não se deve computar somente a estafa física, mas também adicionar as preocupações oriundas de um lar, muitas vezes com várias crianças pequenas, abandonado oito e mais horas por dia” (CASTRO, 1948).

Em um outro artigo coloca-se que “Algumas casas, onde se concede à empregada descontos nas mercadorias por ela expostas, há uma volta do seu salário ao cofre da mesma, evadindo-se a através das mercadorias e deixando o empregado quase à míngua todo o mês”.

Independente do grau de aceitabilidade e do modo de se encarar o trabalho feminino – de todo indevido ou como um mal necessário – os assistentes sociais não deixaram de salientar as medidas de proteção social necessárias a esta situação, tomando como referência o sistema de seguridade social em processo de implantação nos anos 30 e 40.

Tal sistema, de um modo geral e em especial a legislação trabalhista, foi marcado durante muito tempo por diversas inconsistências quanto à eficácia, fato este que não passou despercebido nos círculos profissionais de então. Vários trabalhos debruçaram-se sobre esta questão. O padre Sabóia Medeiros, de grande influência entre os assistentes sociais, articulará em 1949 contrariamente ao jogo de sedução contido na legislação social. Referindo-se aos trabalhadores, afirma que

“Eles mesmos às vezes ficam tontos e prefeririam medidas menos barulhentas e mais diretamente interessantes. Contudo, como é moda arranjar coisas para o mundo do trabalho, há sempre quem esteja imaginando o que mais pode conseguir, não tanto para ser posto em prática, mas para ligar o próprio nome a uma lei que fica no papel” (MEDEIROS, 1949).

Também criticando o formalismo da legislação, o assistente social Luís Carlos Mancini falará do alijamento do trabalhador da gestão dos benefícios sociais a ele dirigidos:

Como dizíamos, inicialmente, nossa legislação social foi despejada sobre o país com o simples objetivo de nos projetar aos cornos dos Congressos Internacionais, onde passearia tranquila, a nossa história de gente experiente e de problemas resolvidos. A febricitante inflação legislativa não deu ao governo a oportunidade de um instante sequer para se deter em inquéritos

sociais ou para preparar o meio para recepção da lei [...]. E pior. Chamando ao Estado todo o dever de prestação de serviços assistenciais, cinzelou o trabalhador servil [...]. A previdência não fugiu ao artificialismo geral. Construída a sua base legal, ninguém se lembrou de promover a incorporação social dos segurados à instituição seguradora. Aliás, a própria estrutura legal pecava quanto a representação dos interessados, limitada ao conselho fiscal nascido de um sindicalismo oficioso, sem ressonâncias populares. A previdência das entidades de seguro social, por sua vez, ficou sujeita ao arbítrio da política dominante onde está ausente a preocupação de colocar em “the right place the right man”, auscultando-lhe a classe segurada. Desse modo desenvolve-se mecanicamente a previdência, divorciada do povo e sem convicção ou plano referente à necessidade de proceder a seu embasamento no consenso popular” (MANCINI, L., 1948).

Obviamente, não se pode deixar de lado o muito de controle social que tal legislação continha. Por outro lado, contudo, é importante realçar que

“A elaboração de uma política social [teve], assim, um alcance político-ideológico que ultrapassa de muito o rótulo de mistificação simbólica para assumir, de fato, um papel fundamental na organização de um certo apoio político às massas populares. É nesse sentido que o incrível carisma de Vargas, existente até hoje, não pode ser reduzido a formulações simbólicas, por mais cuidadosas e eficientes que possam ter sido. Suas raízes têm que ser buscadas no terreno do efetivo atendimento às reivindicações operárias que vinham se desenvolvendo desde o início deste século” (gomes, 1982, p. 175).

Na constante relação de dúvida que mantinham com as modificações do seu tempo, os assistentes sociais verão também essa dimensão da legislação social. Desenvolverão, conforme vários relatos, uma luta constante, ainda que na sua maior parte microscópica, restrita ao seu local de trabalho, pela implementação dos direitos sociais. São vários os exemplos: ampliação da cobertura previdenciária ao meio rural; aumento do número de vagas em escolas públicas; ampliação do horário de funcionamento de postos de saúde; criação de postos de Serviço Social; construção de habitações populares etc. (FIGUEIREDO, 1947, p. 26). Moviam-se, assim, em uma vaga de descrédito e confiança em relação à legislação social. Relativamente ao trabalho feminino, ao analisá-lo, apóiam-se fortemente na legislação da época, em especial na Consolidação das Leis do Trabalho, não se furtando em preconizar sua efetivação e ampliação. Defendem a jornada de trabalho de oito horas; melhoria das condições

ergonômicas; condições ambientais mais favoráveis, eliminando-se os produtos tóxicos; a redução dos fatores de periculosidade e insalubridade; garantia do emprego da mulher que contrai núpcias e das que possuem filhos (MORAIS, 1948). Nos diversos documentos consultados fica claro como os profissionais construía suas propostas de intervenção tomando como referência a legislação social vigente e dela se serviam quando falavam nos direitos dos trabalhadores. Uma aluna da ESSERJ, em 1947, assim se refere à questão:

“A mulher operária está mais sujeita à fadiga em razão da sua menor capacidade física e também em consequência do esforço despendido no lar depois das operações industriais, ou melhor depois do trabalho desempenhado durante o dia na indústria. Ela tem por assim dizer uma continuidade de trabalho e de esforço, despende muita energia e atenção. A legislação deve ser especial e moderada cercando a mulher operária de mais conforto”<sup>16</sup>

Em geral, os textos que tratam da questão da mulher encaminham a conclusão de que o trabalho feminino é um dos grandes problemas daquele tempo, cujas raízes repousam na pobreza material causada pelo baixos níveis de assalariamento do homem, provedor natural do lar. “Positivamente”, como assinala uma aluna da ESSERJ em 1947, “é um mal o trabalho da mulher fora do lar porque afasta da posição que lhe fora confiada na engrenagem social; direção do lar”<sup>17</sup>. Vistas as precárias condições em que ocorria, o tipo de crítica a ele dirigido não interdito que se falasse em protegê-lo, mas também não rompeu com as tradições culturais mais fortes sobre o papel da mulher na sociedade. Um dos determinantes deste posicionamento, conforme aludimos anteriormente, referia-se à preocupação com as crianças. Pensavam na necessidade de tentar propiciar às novas gerações condições de desenvolvimento adequado para viver nos novos tempos. É por essa razão que, uma vez vista a imprescindibilidade do trabalho feminino, as fontes referem-se a mecanismos de proteção social que pudessem minimizar os efeitos da separação diária entre mães e filhos. O desenvolvimento infantil, visto sempre como um processo que deveria ter na família o seu motor principal, sob essas circunstâncias, deveria ser amparado também pelo Estado e pelas classes patronais. Viveiros de Castro refere-se a esta questão nos seguintes termos:

---

<sup>16</sup> - Acervo UFF-NDC-AG/ESSERJ. Dossiê (07[04]).

<sup>17</sup> - Acervo UFF-NDC-AG/ESSERJ. Dossiê (07[04]).

“Em face do exposto, e considerando que seja por sua constituição física, seja por acumular encargos de trabalho com afazeres domésticos, a mulher vem sentindo mais acentuadamente as dificuldades da vida cotidiana, e que estas estão crescendo cada vez mais; PARECE-NOS CONVENIENTE apelar para os Institutos de Previdência Social, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no sentido de, em cooperação com os recém-organizados Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço social do Comércio (SESC) executarem no mais breve tempo possível o que lhes é cometido na legislação trabalhista, disseminando creches e outras instituições que venham tornar mais suave a vida da mulher que trabalha” (CASTRO, 1948, p. 78).

Mas, assim como em outras situações o tom do discurso é de cautela, uma vez que ficar em casa e cuidar da sua prole era tido tanto como um direito como um dever. Logo, mesmo as medidas que assegurassem a manutenção física dos filhos deveriam ser observadas com reservas, pois, além de ferirem o percurso natural das coisas, estariam roubando uma prerrogativa da mulher ao mesmo tempo em que concedia-lhe uma falsa liberdade. O instituto da creche, no que pesasse o seu valor – mesmo visto como um mal necessário – era exemplar desta avaliação:

“Eis o que para a URSS representam as creches – liberdade da mulher. Mas, como sinônimo de liberdade podemos nós considerar o abandono do lar e dos seus filhos e a escravidão do trabalho? A mãe não é mãe para por os seus filhos na creche. É seu direito e obrigação criar o filho que deu ao mundo. Quando forçada pela situação, afasta-se do filho, não será para se libertar nem para se desobrigar de seus deveres de mãe. Este é mesmo, um dos seus perigos que pode a creche oferecer” (MANCINI, G., 1944, p. 88).

Neste contexto, a mesma articulista retoma a questão das funções de gênero, reforçando a separação dos papéis e a competência do homem como provedor material do lar. Pelo modo como escreve, transparece que a elevação do salário do operário-homem poria de lado a necessidade das creches: “Parece-nos que uma fábrica, para apontar a excelência de sua organização, a proteção aos operários, poderá indicar que bem poucos ou nenhum dos seus operários necessita de creche. Isto indicaria, pelo menos, que o salário que paga a seus operários é suficiente” (MANCINI, G., 1944, p. 88).

Outras manifestações em torno do papel da mulher na criação da prole enfatizaram aspectos semelhantes destacando sempre a necessidade de se assegurar as condições materiais para que a mãe pudesse se posicionar de

modo adequado junto a seus filhos. Essas mesmas preocupações, contudo, levaram profissionais da época a superarem os preconceitos em voga em torno das mães solteiras, propondo a extensão de benefícios sociais também para elas. Relativamente a isto, Rose Alvernaz admite que “Salários adequados para o chefe de família, assistência à mãe solteira, auxílio financeiro à família são apenas algumas das medidas que podem melhorar este problema” (1947, p. 120).

Se de fato a proposta de estrutura do lar contida no ideário dos assistentes sociais, na sua terminalidade, pode ser funcional à reprodução da força de trabalho tão requisitada à época em face da expansão industrial; de outro a sua intencionalidade pode ser buscada menos na economia e mais na persistência de padrões culturais prevaletentes no momento em que produzem suas reflexões cujas raízes assentam-se em formulações datadas de séculos anteriores. Além do que, se de um lado é correto afirmar que o adestramento das mulheres pobres no trato dos insumos e utensílios domésticos reforçava a definição do espaço da casa como aquele que lhe era próprio; de um outro lado, entretanto, como faz Alice Silva, é possível avançar a hipótese de que na privatização da mulher, no seu isolamento em casa, no aperfeiçoamento do seu adestramento, no controle dos apetrechos domésticos estão contidos também a possibilidade de construção de modos de resistência e afirmação da dimensão do feminino, da sua importância e mesmo da sua imprescindibilidade para a vida social (SILVA, 1989).

Finalizando as questões sobre a condição feminina, gostaria de falar sobre a importância que os assistentes sociais atribuíam ao casamento para as mulheres e para configuração do formato de família que idealizavam. Além da já sinalizada divisão social de papéis, um outro requisito colocado no discurso dos assistentes sociais para que a família pudesse ser considerada “perfeita e harmônica” era o do seu estatuto legal. Tal percepção conduziu a uma insistente busca de convencimento da clientela para que acorressem às Igrejas e aos cartórios. A princípio, a acentuada movimentação dos profissionais no empenho de providenciar as medidas necessárias à realização dos casamentos dos seus clientes pareceu-nos uma obsessividade religiosa e legalista. O exame mais aprofundado da documentação permitiu, contudo, o desenvolvimento de uma outra linha de raciocínio. Verificamos que estava em jogo preocupações com a

condição feminina e com o usufruto dos direitos sociais já assegurados pela legislação social vigente, seja no que estatua os Institutos de Pensão, seja no que preconizava o Decreto-Lei 3.200 que tratava da proteção à família. Vejamos:

“À falta de legalização do matrimônio pode advir conseqüências lamentáveis para os interessados e, a propósito, narraremos um caso desta natureza. Uma senhora idosa, cor parda, com cinquenta anos de idade, procurou-nos no plantão do Posto, a fim de solicitar auxílio para resolvermos seu caso. Narrou-nos ser viúva, de um estivador da Administração do Porto do Rio de Janeiro, falecido há 10 meses, deixando três filhos, todos do sexo feminino, possuindo a mais velha 19 anos de idade, sendo a única que auxilia a manutenção da casa, pois exerce habilidosamente a profissão de costureira. Acrescentou-nos, que depois do falecimento de seu companheiro, pois não eram casados legalmente, e sim viviam maritalmente há vinte anos, porquanto, quando conheceu o Snr. X., este era casado, vivendo separado da sua esposa há cerca de 5 anos, tem passado inúmeras privações com sua prole. Embora a esposa do Snr. X. tivesse falecido, há cerca de oito anos, descuidaram-se da legalização das situações da família o que lhe vem trazendo transtornos no presente momento, realizando os sombrios prognósticos de seu companheiro, que sempre com bom senso avisava-a que era necessário o mais cedo possível casarem. Pediu encarecidamente que tomássemos uma providência urgente, a fim de tratarmos dos papéis exigidos pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores de Transportes e Cargas, donde seu companheiro era contribuinte” (FIGUEIREDO, 1947, p. 63-64).

Carmem Kingston também se debruçou sobre a questão, observando o alto índice de uniões ilegítimas em famílias assistidas pela LBA. Realçando na sua análise as dificuldades financeiras que estariam presentes neste fenômeno, defende a extensão da gratuidade do casamento para além dos lugares definidos pelo Decreto-lei 3.200, lembrando que o casamento legalizado permitia a inserção no sistema de proteção social:

A legalização das famílias foi aliás dos problemas que mais nos preocuparam desde que iniciamos o nosso trabalho de visitadora social e, como legionária, por diversas vezes nos dirigimos à Chefe da C.M. pedindo sua intervenção junto aos poderes públicos para que no estado do Rio fosse tornada gratuita a habilitação para o casamento, tal como fizera para o Distrito Federal e o Território do Acre o, decreto-lei 3.200, de 1941, dito “lei de organização e proteção à família [...]” (KINGSTON, 1948, p. 48).

Outras questões relevantes podem ser ventiladas sobre a matéria.

Como se sabe, a família pobre estrutura-se não somente em torno de valores ideológicos, mas também, em consonância com o estabelecimento de uma rede de proteção social mútua (CHALHOUB, 1986; WOORTMANN, 1987). A permanência da mulher no lar, em especial a figura da dona de casa, teria uma funcionalidade não somente expressiva, decorrente de sua adesão – ou não – aos valores familiares burgueses, mas também instrumental, à medida que produz valores simbólicos e materiais para que os outros moradores da casa recebam os valores monetários para aquisição de bens e serviços necessários à sobrevivência do grupo. Em um momento em que o acesso ao mercado de trabalho era ainda bastante difícil para as mulheres, os profissionais em estudo realçaram as dificuldades econômicas que elas encontrariam em situações de separação do marido, assim como a tensão emocional que a situação provocaria.

Além das questões de sustentação, encontramos enfocado no material questões relativas ao domínio cultural. Em um período onde os valores burgueses já haviam se expandido no imaginário das classes subalternas, a situação de concubinato seguida de separação terminaria por gerar discriminações para a mulher, passando esta a ser tomada como de vida fácil. Associado a isto, não se pode deixar de lembrar o valor que o grupo de amigos teria na reprodução dos grupos humanos pobres. O exercício do “uma mão lava a outra” perfazia mecanismo fundamental na superação de situações de carenciamento mais acentuado – tanto material como moralmente. Dissolvido o concubinato e mesmo o casamento formalizado, a mulher teria como risco não somente situar-se em dificuldades financeiras, mas também em ver-se alijada da sua rede de proteção. Parte desta reflexão aparece nos escritos profissionais:

Verificamos em nossas visitas que o estado civil dos pais reflete sobremaneira sobre a situação moral da família. A mulher é que mais sofre ante essa irregularidade da vida. Explica-se: a mulher passa a viver sob constante temor de abandono e desagregação familiar. Sente-se diminuída perante as demais, queremos dizer, perante as que são legitimamente casadas. Há como que um sentimento permanente de culpa, um sentimento que, psicologicamente, condiciona uma situação “esquerda” em suas relações sociais (SOUZA, 1948, p. 79).

Tentamos demonstrar, ao longo desta exposição, como a mulher nas suas relações com o mundo do trabalho e com o mundo doméstico era tomado pelos

assistentes sociais. Se havia recriminação ao seu trabalho remunerado, também ocorria uma preocupação com as “conseqüências nefastas” – morais e físicas – por ele produzidas. Daí porque a legislação trabalhista era constantemente invocada, apesar de ser considerada insuficiente e falha. Ao fazê-lo, os assistentes sociais operavam em um marco de incertezas e ambigüidades, com avanços e retrocessos típicos da condição humana. Ao mesmo tempo, ao pregarem a permanência da mulher no mundo privado, o faziam relacionando este fato com as condições de reprodução das crianças, cuja educação teria como elemento fundante uma vida familiar equilibrada, sustentada pelo pai e coordenada pela mãe. Tratava-se, pois, de tentar propiciar às novas gerações condições de desenvolvimento adequado para viver nos novos tempos. Geração do futuro, futuro do país redescoberto, as crianças mereciam o melhor de todos: do Estado, da Sociedade e de suas mães.

#### REFERÊNCIAS

- ALVERNAZ, Rose. Comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1., 1947, [S. l.]. *Anais...* [S. l.: s. n.], 1947. p. 120.
- ARAGÃO, Maria Luiza Moniz. Favela? Vivem ou vegetam as 1. 111 famílias da Barreira do Vasco. *Serviço Social*, São Paulo, n. 54, 1949.
- BALCKX, Sheila. *Família e sociabilidade dos trabalhadores urbanos: reexaminando a história do Serviço Social*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
- BRAGA, M. L. *O problema das faltas e da instabilidade na indústria da pesca no município de São Gonçalo*. 1948. Trabalho (Conclusão de curso) – ESSERJ, Niterói, 1948.
- CASTRO, Lauro Sodré Viveiros de. O trabalho feminino no Brasil. *Serviço Social*, São Paulo, n. 51, 1948.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalhos, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA, Sueli Gomes. *Signos em transformação*. 1995. Tese (Professor Titular) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.
- EPIFANIAS. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- FERREIRA, Francisco de Paula. Fatores sociais do desenvolvimento da personalidade. *Serviço Social*, São Paulo, ano 10, n. 57, 1950.
-

FIGUEIREDO, Maria dos Anjos. *A introdução do Serviço Social na Ilha da Conceição*. 1947. Trabalho (Conclusão de Curso) – ESSERJ, Niterói, 1947.

GOMES, A. de C. Empresariado e política social no Brasil. In: REVOLUÇÃO de 30: Seminário Internacional. Rio de Janeiro: FGV: UnB, 1982.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice: IUPERJ, 1988.

KINGSTON, Carmem. *Os anos de aprendizagem de uma trabalhadora social*. 1948. Trabalho (Conclusão de Curso) – ESSERJ, Niterói, 1948.

LIMA, Vera L. A. *O início do Serviço Social no Brasil: um feminismo cristão*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

MANCINI, Guiomar Urbina Telles. As creches como auxiliares da família. *Serviço Social*, São Paulo, ano 4, n. 34, p. 88, 1944.

MANCINI, Luís Carlos. A construção da legislação social. *Serviço Social*, São Paulo, ano 3, n. 27, p. 7, 1941.

\_\_\_\_\_. Lições que devem ser meditadas. *Serviço Social*, São Paulo, ano 2, n. 21, 1940.

\_\_\_\_\_. A previdência num inquérito social realizado no Distrito Federal. *Serviço Social*, São Paulo, ano 5, n. 3, p. 32-35, 1945.

\_\_\_\_\_. Variações sobre previdência social. *Serviço Social*, São Paulo, ano 8, n. 47, p. 88, 1948.

MARQUES, Alice. *Helena Junqueira: a construção de uma mentalidade em Serviço Social*. 1994. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

MEDEIROS, Roberto Sabóia de, padre, S. J. Considerações para um balanço na situação do trabalhador. *Serviço Social*, São Paulo, n. 53, 1947.

MORAIS, Inaya. *Evolução da assistência ao Serviço Social na legião Brasileira de Assistência do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Imprensa Estadual, divisão de Obras, 1948.

NEVES, Noêmia P. *Nadir Gouveia Kfourí: o saber e a prática do Serviço Social no Brasil (1940-1960)*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

PEREIRA, Haylda. Aspectos do Serviço Social no Rio. *Serviço Social*, São Paulo, ano 8, n. 48, p. 24-25, 1945.

---

PINHEIRO, Maria Esoldina. *Serviço Social: infância e juventude desvalida*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1939.

SCHWARTZMANN, Simom. *Tempos de Caponema*. São Paulo: Edusp: Paz e Terra, [s. d.].

SILVA, Alice Inês de Oliveira e. Abelhinhas numa diligente Colméia: domesticidade e imaginário feminino na década de cinquenta. In: COSTA, Albertina de<sup>o</sup>; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Rebelião e submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice: FCC, 1989.

SOUZA, Maria de Lourdes Lamy de. *Serviço Social junto ao pré-escolar*. 1948. Trabalho (Conclusão de Curso) – ESSERJ, Niterói, 1948.

TELLES, Guiomar Urbina. *O salário mínimo é o salário familiar*. *Serviço Social*, São Paulo, ano 11, n. 59, p. 101, 1951.

WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, DF: CNPq, 1987.

WURTH, Tiago M. A salvaguarda da juventude em face da crise universal. *Serviço Social*, São Paulo, ano 10, n. 57, p. 9-10, 1950.